

# Contexto Urbano

*“Na sua relação urbanística com a cidade, estes liceus nascem claramente dentro de uma nova lógica urbanística, que localiza os equipamentos em áreas de expansão controlada da cidade, funcionando como elementos capazes de gerar urbanidade.”<sup>1</sup>*

Em Portugal, desde a conceção do primeiro liceu, até à construção de raiz da última das escolas destinadas ao ensino secundário, o entendimento e o desempenho do edifício escolar na cidade foram significativamente e sucessivamente modificados. A partir de uma leitura da organização territorial, a construção das várias centenas de escolas secundárias<sup>2</sup>, correspondentes a diversas tipologias, estabelece um claro vínculo entre o desenvolvimento do tecido da cidade e a significância urbana da escola.

Verifica-se que as instituições escolares acompanham e, noutros momentos, antecipam, a consolidação urbana. De facto, os primeiros liceus, convocando a sua dimensão e significado público, foram continuamente utilizados como motores de desenvolvimento da cidade, procurando implantar-se em locais ainda em processo de consolidação e densificação.

De facto, considerando, por exemplo, os dois primeiros liceus portugueses, cada um a afeto a cada uma das duas zonas da cidade (oriental e ocidental), compreende-se a consciência do valor destes equipamentos na conformação e no desenvolvimento urbano. Os liceus Alexandre Herculano e Rodrigues de Freitas desenharam conjuntamente esse diálogo, sendo que o segundo contribuiu para a projeção do novo centro protagonizado pela zona da Boavista, participando ativamente na evolução urbana.

Peças singulares na conjuntura urbana assinalam uma decisiva responsabilidade e comprometimento para com a cidade, afirmando-se como importantes polos do desenvolvimento do território, fatores que, conjugados com os ideais expressos na reabilitação da escola **Rodrigues de Freitas** (arq.º Manuel Fernandes de Sá), tornam o antigo liceu projetado por Marques da Silva, um caso exemplar desta valia.

Complementarmente, a dimensão requerida pelos lotes escolares tornava improvável a disponibilidade da zona histórica da cidade para poder acolher a introdução de equipamentos desta escala, motivando a implantação destes em momentos de expansão.

Os liceus decorrentes do Plano de 38, como a escola Carolina Michaëlis, assumem também um claro desígnio de responsabilidade urbana, encontrando-se implantados em zonas de crescimento, em tecidos que, naquele tempo, foram igualmente estruturados por eixos viários significantes na cidade, como por exemplo, o que desenha a relação entre este liceu e o já referido Rodrigues de Freitas.

As escolas técnicas construídas ao abrigo do Plano de 47 inserem-se em zonas da cidade recentemente redesenhadas pelas infraestruturas de circulação, aceitando uma escala local, empenhando-se na relação com o tecido urbano. Na intervenção da escola **Carlos Amarante** (arq.º Carlos Prata), desenha-se uma nova frente urbana que se enfatiza pelo reposicionamento da entrada principal para esse novo momento do edifício.

Nas intervenções das escolas **D. Maria II** (arq.º António Alberto Martins) e **Montserrat** (arq.º Francisco Marques Franco), resultantes respetivamente do Plano de 58 e do 1º projeto normalizado (1960), são criadas novas frentes urbanas. Recorre-se, ainda, a outro elemento singular na conformação do espaço escolar e, nesta especificidade, de contextualização urbana: a utilização de uma sucessão de pátios, enquanto estratégia de organização do programa e da construção, convoca uma condição de urbanidade, agora também presente na composição do interior do lote escolar.

As tipologias pavilhonares implementadas a partir do final da década de 60, nomeadamente a base-liceal (1968) e base-técnica (1969) apresentam, por efeito da dispersão e do descomprometimento, uma menor capacidade de desenharem frentes urbanas. As intervenções nas escolas de **Manuel Laranjeira** (arq.º Rui Lacerda) e de **Oliveira Júnior** (arq.º Virgínio Moutinho) aproximam o edifício escolar da cidade, seja na consolidação perante as ruas (na primeira escola), seja na sua redefinição (como na segunda escola).

Finalmente, as escolas mais recentes da tipologia pavilhonar 3x3, implantadas em territórios periféricos e menos qualificados, em consequência quer da reduzida disponibilidade dos terrenos, quer do custo do solo, o paradigma urbano inverte-se radicalmente. A atratividade em cumprir com os processos administrativos a um custo menos expressivo despoletou a construção de escolas num cenário heterogéneo, marcadas por tecidos interpolados e dissemelhanças funcionais. Inseridas em territórios recortados por estruturas viárias intermunicipais, as escolas distanciam-se da escala do peão, que, até então, as enquadrava. As áreas definidas por programas de habitação plurifamiliar, combinadas com edifícios industriais e com os vazios urbanos que os intercedem, passaram a acolher estas escolas. Desta forma, as arquiteturas associaram-se a um certo anonimato e alheamento para com a cidade. A arquitetura demite-se de protagonizar a representatividade institucional da escola e afasta-se do engajamento urbano. Assim, o distanciamento perante a cidade espelha-se, igualmente, na relação com as pessoas. Neste sentido, a intervenção na escola de **Rio Tinto** (arq.º Rui Mealha) representa um exemplo assinalável do desígnio da redignificação institucional, pela aproximação do edifício escolar à cidade. Desenhando, para o exterior, uma nova frente urbana, a escola recupera uma das suas responsabilidades originais.

É, portanto, consensual considerar que o valor da instituição escolar, a qualidade dos seus edifícios e a relação que estabelecem com o contexto urbano, sofreram uma sucessiva degradação até à implementação do PMEES. A intervenção assume o desígnio de reverter esta situação, ambicionando a redignificação da escola enquanto instituição pública, e consequentemente das suas arquiteturas, como símbolos dessa condição e valor. O posicionamento dos edifícios no tecido da cidade, sendo uma das questões mais pertinentes na reafirmação da instituição escolar, mede a forma como cada uma das escolas manteve, reafirmou ou se aproximou da cidade, constituindo igualmente um dos fatores determinantes na evolução e revalorização dos edifícios. Neste contexto, importa ainda reconhecer que a atitude de reabilitação favorece esta condição, na medida em que devolve a responsabilidade social e cultural do edifício escolar na consolidação urbana, sendo compreensível (e verificável) que a maioria das soluções projetuais atendam ao restabelecimento de compromissos, relações, e responsabilidades das escolas com o contexto urbano.

<sup>1</sup> **MONIZ, Gonçalo Canto** – *Arquitectura e instrução. O projecto moderno do liceu: 1836-1936*. (p. 101).

<sup>2</sup> Quando em 2007, se deu início ao *Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário* (PMEES), encontravam-se em funcionamento cerca de 470 escolas secundárias em Portugal.

© André Santos e Francisca Mendonça



#02-003 Escola Secundária RODRIGUES DE FREITAS

© André Santos



#14-034 Escola Secundária de MONSERRATE

© José Campos



#16-036 Escola Secundária de MONSERRATE

© José Campos



#06-F-036 Escola Secundária CARLOS AMARANTE

© André Santos



#18-038 Escola Secundária D. MARIA II

© André Santos



#29-049 Escola Secundária de RIO TINTO

© Alexandra Kovács



#29-049 Escola Secundária de RIO TINTO

© André Santos



#31-051 Escola Secundária Dr. MANUEL LARANJEIRA

© André Santos



#35-055 Escola Secundária de OLIVEIRA JÚNIOR

© Eliana Santos



#35-055 Escola Secundária de OLIVEIRA JÚNIOR

© Eliana Santos



#38-059 Escola Secundária de JOÃO ARAÚJO CORREIA

© Francisca Mendonça



#41-062 Escola Secundária de MARQUES DE CASTILHO

© Alexandra Kovács



#54-122 Escola Secundária de BAIÃO

© Alexandra Kovács



#57-125 Escola Secundária de GONDOMAR

© Jessica Costa

#02-003 Escola Secundária de RODRIGUES DE FREITAS

#14-034 Escola Secundária de MONSERRATE

#16-036 Escola Secundária de CARLOS AMARANTE

#18-038 Escola Secundária de D. MARIA II

#23-043 Escola Secundária PAÇOS DE FERREIRA

#29-049 Escola Secundária de RIO TINTO

#31-051 Escola Secundária de Dr. MANUEL LARANJEIRA

#35-055 Escola Secundária de OLIVEIRA JÚNIOR

#38-059 Escola Secundária de JOÃO ARAÚJO CORREIA

#41-062 Escola Secundária de MARQUES DE CASTILHO

#54-122 Escola Secundária de BAIÃO

#55-123 Escola Secundária de FELGUEIRAS

#57-125 Escola Secundária de GONDOMAR



#55-123 Escola Secundária de FELGUEIRAS

© Leonardo Barros



#23-043 Escola Secundária de PAÇOS DE FERREIRA

© Anaré Santos